

PRINCÍPIOS E RISCOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Ana Maria Netto Machado – laborescrita@gmail.com - UNIPLAC

JamisseUilsonTaimo – jtaimo@yahoo.com.br – Ministério de Ciência e Tecnologia de Moçambique

Vanir Peixer Lorenzini –vanirlp@gmail.com- UNIPLAC

Problematizamos a cooperação internacional, colocando em diálogo pesquisas realizadas em dois países da CPLP (Brasil e Moçambique). Apesar de inúmeras e acentuadas diferenças em termos territoriais e de desenvolvimento econômico, ambos países têm traço comum: a colonização portuguesa, em tempos históricos diferentes e com duração distinta. Esta contingência histórica precisa ser levada em conta quando analisamos as possibilidades de cooperação internacional na atualidade (2014). No caso de Moçambique, com poucas e tardias universidades, as instituições de Ensino Superior têm funcionado, muitas vezes, como 'barrigas de aluguel' - abrem-se para cursos de pós-graduação de Portugal ou Brasil ministrados sem envolvimento do corpo docente local, justificando-se a exclusão dos docentes africanos, por considerar-se que não dispõem de qualificação (titulação), caracterizando tutela e até humilhação. De que maneira e quando, nesse contexto, passariam a ser qualificados? No caso do Brasil, embora a criação de universidades propriamente ditas seja também tardia (início do século XX) houve desenvolvimento vertiginoso da Pós-graduação nas três últimas décadas, chegando o país a galgar o 13^a posto nos *rankings* internacionais de produção científica. O Brasil passou a exportar modelos aparentemente bem sucedidos no país, para países carentes neste segmento. Entretanto, a transferência de modelos de uma realidade sociocultural para outra pode desencadear processos contraproducentes, mantendo dependência, por não centrar-se em valores, cultura e condições do território e, sobretudo, não investir na formação de comunidades científicas locais a partir do protagonismo de atores da região, caracterizando neocolonialismo, falta de reconhecimento e solidariedade entre povos. Immanuel Wallerstein, Santiago-Castro-Gómez, Walter Mignolo e Fernand Braudel oferecem conceitos úteis para análise: limites do eurocentrismo, colonização epistémica, para além da econômica e diferentes tempos históricos.

Palavras-chave:

Cooperação Internacional. Colonização subjetiva e epistémica. Tempos históricos. CPLP.

O objetivo deste trabalho é duplo. Primeiramente, discutir, a partir do diálogo entre pesquisadores de dois Estados Membros da CPLP, Brasil e Moçambique, no contexto contemporâneo e numa análise de curta duração (Braudel, 2011), os riscos envolvidos na cooperação internacional; esta considerada como forma de trabalho conjunto estimulada e ensejada no mundo globalizado, que envolve grande complexidade e resultados nem sempre nítidos, benéficos ou equilibrados para as partes envolvidas. Em segundo lugar, propomo-nos a conectar, o fenômeno contemporâneo da cooperação internacional com a história da colonização, na perspectiva da descolonização (Castro-Gómez, 2000; Mignolo) e do tempo de longa duração (Braudel, 2011).

Iniciamos descrevendo brevemente aCPLP. Implementada em 1996 com seis países de Língua Portuguesa¹, em 2014o quadro apresenta nove países e dois territórios², envolvendo quatro continentes (América Latina, África, Ásia e Europa). Caracterizam o conjunto de países e regiõesfortes assimetrias que convém assinalar de entrada. A primeira, é que um único país (Portugal) colonizou todos os demais e situa-se no chamado Norte, enquanto os demais situam-se no Sul³. Tornaram-se independentes em tempos diferentes, alguns muito recentes (Timor Leste: independênciadde Portugal:1975 e da Indonésia: 2002). Um país tem dimensões continentais (Brasil) com aproximadamente 80% (8 milhões de km²) do território total ocupado pela CPLP e aproximadamente 75% dapopulação da CPLP. Um território tem apenas30 km² (Macau, China).

Recursos naturais, economia, infraestrutura, estabilidade política, sistemas de saúde pública e educação, bem como os respectivos estágios de desenvolvimento da democracia distinguem os membros da CPLP. Alguns requerem assistência para implementar condições básicas de vida para suas populações (Timor Leste, por exemplo), enquanto outros enfrentam crises de vários tipos, mas conquistam, mantém ou tentam recuperar níveis de desenvolvimento humano bastante favoráveis. Estas contingências precisam ser levadas em conta quando analisamos as possibilidades de cooperação internacional na atualidade (2014).A cooperação, para se estabelecer, requer certo equilíbrio de forças entre os países parceiros; caso as condições sejam muito discrepantes, considera Da Silva (2007) que se trata de colaboração e não cooperação. A distinção entre os dois termos é feita pelo autor, que alerta para a confusão frequente entre as duas formas de trabalho conjunto em nível internacional; ele mostra que, para cooperar, os países precisam estar em níveis de desenvolvimento com certa equidade. Na colaboração há relações assimétricas, perspectiva em geral assistencial, um ator principal que detém os recursos e o conhecimento, define projetos e

¹ Portugal, Brasil, Angola, Guiné Bissau, Moçambique, Cabo Verde.

² Somaram-se São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Guiné Equatorial.

³Este último detalhe é importante porque a literatura que trata da temática cooperação internacional a analisa sempre se refere à cooperação Norte-Sul e a cooperação Sul-Sul, tendências que convém tentar distinguir.

ações, lidera e é gestor dos processos, podendo controlá-lose apropriar-se dos resultados (se for uma pesquisa por exemplo) em seu próprio benefício. O destinatário da colaboração é, nesse caso, um parceiro dependente; dificilmente ao final haverá autonomização. Enquadraram-se nessa categoria de colaboração a maioria dos projetos desenvolvidos no eixo Norte-Sul, ocorridos na América Latina ou na África.

Considerando a rápida descrição da CPLP acima, observamos que as parcerias possíveis entre estes países se enquadrariam mais como colaborações do que cooperações.

O que há de comum entre os membros da CPLP? Diversos autores mencionam como elementos compartilhados a Língua Portuguesa, parte da herança cultural e um mesmo colonizador. Mas, estes traços comuns teriam como consequência interesses econômicos comuns, metas e necessidades homogêneas que permitam ou justifiquem uma efetiva cooperação?

Enquanto alguns países membros precisam construir condições básicas (Timor Leste), outros almejam implementar um sistema de Educação Superior autônomo, precisando para isso formar docentes qualificados (como é o caso de Moçambique e outros países africanos), uma luta por se transformar em uma das grandes potências mundiais e interferir nas políticas globais (Brasil), Portugal, país periférico na União Europeia, tenta recuperar protagonismo histórico liderando o bloco CPLP. Os caminhos dos Estados Membros estão em momentos históricos e têm prioridades distintas. Qual então o sentido dessa convergência?

Vejam como surge a cooperação internacional no sentido que a entendemos hoje. Conforme Da Silva (2007) a cooperação nasce no final da Guerra-Fria:

Houve necessidade de inimigos militares tradicionais, Rússia e Estados Unidos (EUA) trabalharem juntos, tanto para evitar a transferência de tecnologia sensível (nuclear e espacial) dos russos para países “indesejados” pelos americanos, como o Iran, por exemplo, quanto para contribuir para o aumento da competência dos aliados militares dos EUA, que são simultaneamente seus competidores comerciais, em especial, a Europa Ocidental e o Japão (p. 8).

Relata Da Silva que ficou difícil naquele momento histórico aos Estados Unidos monitorar estas atividades no mundo inteiro; bem como manter sigilo industrial das suas descobertas, em função dos avanços das tecnologias da informação-comunicação que foram levando à globalização. Cooperar tornou-se necessário para manter hegemonia, não perder o status de potência número um mundial.

Milani (2012) refere-se à cooperação internacional para o desenvolvimento (CID); mostra que o multilateralismo tem início a partir da Guerra Fria. A geopolítica mundial deixa de estar organizada em dois blocos para ver nascer novas alianças. Baseando-se em publicação de 2007 de Carol Lancaster, Milani afirma que os Estados Unidos não teriam iniciado programas de ajuda internacional se não tivessem experimentado ameaças à sua posição hegemônica no planeta. Nesse

sentido converge com as sinalizações de Da Silva apresentadas logo acima. Afirma Milani (2012):

A política de competição entre a URSS e os EUA e a ameaça comunista foram, desse modo, fatores decisivos para o processo de institucionalização da CID. Os antecedentes da CID relacionados à empresa colonial, à emancipação política africana e asiática, bem como à disputa ideológica Leste-Oeste confirmam que as noções de “cooperação internacional” e “desenvolvimento” acompanham a própria história do sistema econômico capitalista, do projeto universalizante de modernização das sociedades e do liberalismo multilateral nas relações internacionais (p. 212).

Este autor situa a “cooperação internacional” e o “desenvolvimento” no contexto “civilizatório” do Ocidente. A crença desenvolvimentista no progresso, o mito da contribuição da ciência para uma vida melhor e um mundo mais justo. Numa configuração mais larga podemos abordar o projeto da modernidade e a confiança na racionalidade como guia para um projeto de mundo. Milani cita Dupas para mostrar que nessa retórica descreve-se “um mundo cada vez mais próximo da perfeição - porém sem dizer o sentido desse movimento ou explicitar a perspectiva daqueles que o comandam e dos que são comandados” (Milani, p. 2012) refere que “em nome da cooperação internacional e da promoção do desenvolvimento têm sido difundidas visões políticas, por vezes redutoras das contradições e das assimetrias entre classes sociais, sociedades, nações e a economia internacional, mas também têm sido perpetradas ingerências de natureza cultural, social, econômica e política”.

Esta reflexão parece adequada para compreender as possibilidades e dificuldades para uma verdadeira cooperação internacional na CPLP. As assimetrias estão presentes e as ingerências de ordem cultural, social, econômica e política também, embora possam ficar obnubiladas pela identidade contida na língua comum e pelos traços culturais remanescentes disseminados pelo colonizador, adaptados às diferentes regiões.

Diante do exposto, cautela é necessária ao pretender cooperação solidária na CPLP. Ações, projetos de ajuda humanitária ou assistência por parte de países fortes a países frágeis, como o caso das missões do Brasil no Timor geram créditos para o primeiro como candidato a potência mundial. Saraiva (2007) analisa o protagonismo do Brasil no Mercosul, mostrando que o país em determinados momentos assume perder economicamente (caso da exploração de gás entre Brasil e Bolívia), para ganhar em prestígio, poder e liderança mundiais. Galgar posições no ranking mundial dos poderosos tem preço que o Brasil tem pago em ações de integração na América Latina, mostra Saraiva (2007).

Para Saraiva (2007) embora o Brasil pretenderia liderar o bloco da América Latina em termos econômicos, ao enfrentar resistências, sobretudo da rival Argentina, opta por assumir a bandeira principal da defesa da democracia, alinhando-se e fortalecendo os avanços políticos do continente, viabilizando a sua liderança e evitando conflitos com as nações irmãs.

Saraiva (2007) analisa a reconfiguração do planeta a partir dos anos 1990, com o fim do

bipolarismo mundial:

[...] uma nova ordem de caráter ocidental. No campo político, esta ordem aponta para a necessidade das sociedades partilharem de normas internas comuns identificadas com o pluralismo democrático. No campo econômico, o paradigma liberal passou a ser tanto o marco de referência da economia internacional quanto o orientador da execução de políticas de ajustes no interior dos Estados. Em termos produtivos, a transnacionalização progressiva que tomou impulso com os avanços tecnológicos atuou como parte deste processo. Esta nova ordem colocou, para os países do sul, novos constrangimentos assim como diferentes opções internacionais de inserção (p. 43).

O Brasil pratica então uma dupla inserção, participa de dois blocos, um regional, Mercosul, no qual tem vocação para liderança, por suas dimensões territoriais e estágio de desenvolvimento econômico e científico-tecnológico e o outro em que se alinha os gigantes emergentes: BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A CPLP não figura como prioridade para o Brasil. Miyamoto (2009) analisa a política exterior do Brasil e constata que o valor outorgado pelo Brasil à CPLP é sobretudo retórico, já que os benefícios que pode auferir desse alinhamento são fracos, ganhando apenas em apoio das nações-membro que tem pouca influência internacional. Em termos de novos mercados para os produtos brasileiros a CPLP tem pouco interesse.

Por que cooperam os países internacionalmente? Alinhados em blocos econômicos, os associados buscam competir economicamente, conquistar e ampliar mercados, liderança e hegemonia global: poder. Da Silva responde: cooperar “abre janelas de oportunidade para os países em desenvolvimento” (p. 6). Mas há um preço a pagar, pois envolve interesses que serão defendidos ferrenhamente pelas partes, sendo que a mais desenvolvida levará vantagem. Algumas delas, afirma Da Silva, são compartilhar custos, experiências, instalações. Para o país menos desenvolvido se estabelece em geral perda de liberdade de ações e risco de dependência; o processo de gerenciamento torna-se muito complexo, por envolver lógicas e legislações de duas nações pelo menos. Também pode contribuir para criar um futuro competidor. Por essas razões cooperar envolve ambiguidades. Explica Da Silva (2007) que a...

[...] cooperação requer barganha para se alcançar um acordo, e neste processo, todos os parceiros tentam maximizar seus interesses. Assim, consumir um acordo e sustentá-lo até o final do projeto/programa comum é uma tarefa árdua. [...] os países desenvolvidos reservam uma parte de conhecimento de fronteira e inovação tecnológica (“core technologies”) para seu uso exclusivo, a fim de poderem garantir liderança e receber dividendos provenientes de “copyrights”, marcas e patentes, e para tal, empregam todo o aparato legal disponível de proteção à propriedade intelectual e industrial. Tais instrumentos, os países mais desenvolvidos “fazem valer” globalmente, usando os mais diferentes métodos e meios de persuasão, como barreiras não alfandegárias, alfandegárias, comerciais e todo tipo de retaliação, política e econômica (p. 6).

Acrescente-se à lista de riscos para os países menos desenvolvidos a consideração de Milani (2012), que analisando as cooperações internacionais Norte-Sul, pelas quais esse tipo de entreajuda foi praticada inicialmente, e comparando-as com as cooperações Sul-Sul, conclui que a diferença é

de caráter empírico. E adverte sobre os riscos dos países do sul (emergentes) reproduzirem com relação aos países que requerem ajuda, o mesmo tipo de cooperação que receberam dos países do dito norte, outrora.

Estas considerações preocupam, pois os benefícios serão limitados (atestam os autores consultados que trabalham a temática) e, de certa forma, o princípio que anima estas iniciativas pode ser visto como uma nova forma de colonização. Não implica necessariamente que devam ser abandonadas-rejeitadas as cooperações internacionais. Porém, a tomada de consciência e o abandono da ingenuidade precisam ser mais discutidos para que os direitos dos povos sejam preservados e de fato as nações menos empoderadas possam exigir termos que promovam sua autonomia.

O exemplo trazido de Moçambique referente às necessidades desse país de formar-qualificar docentes para educação superior é denúncia clara que pode ser considerado neocolonialismo. Refere Taimo (2013) que as instituições de Ensino Superior têm funcionado, muitas vezes, como 'barrigas de aluguel' - abrem-se para cursos de pós-graduação de Portugal ou Brasil ministrados sem envolvimento do corpo docente local, justificando-se a exclusão dos docentes africanos, por considerar-se que não dispõem de qualificação (titulação). Os docentes locais sentem-se excluídos e percebem que por essa via não conseguirão autonomizar-se. Caracteriza a chamada cooperação nesse caso forte tutela, gerando inclusive sentimentos de humilhação. De que maneira e quando, por essa via, passarão os docentes africanos a serem qualificados, galgando o direito às práticas docentes na Educação Superior de seu país?

Outro aspecto a considerar é que a transferência de modelos educacionais de uma realidade sociocultural para outra pode desencadear processos contraproducentes, dificultando o aproveitamento das formações e cursos, por não centrar-se em valores, cultura e condições do território local. Também por não investir na formação de comunidades científicas locais a partir do protagonismo de atores da região. Este tipo de prática pode caracterizar neocolonialismo, mesmo que os projetos-programas sejam planejados-executados com boas intenções de fortalecimento local. Por um lado, a postura de reconhecimento do outro e solidariedade entre povos não é fácil de ser praticada entre atores sociais oriundos de nações distintas. Dentro da tradição Ocidental em que a CPLP se origina, mesmo havendo alguns participantes do Oriente (pois todos sofreram influência portuguesa), a matriz colonial de poder (Mignolo) se caracteriza pela hierarquia entre povos, marca profunda e de difícil superação. É o que trabalharemos a seguir.

Teóricos da des-colonização ajudam a compreender a cooperação internacional de hoje

Em *Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de "la invención del otro"*, Santiago Castro-Gomez explicita elementos-chave para compreender o chamado "projeto da

modernidade”, parcialmente ainda em vigor, apesar de conviver com outros paradigmas e visões de mundo. Com argumentos racionais, cientificamente estabelecidos para dominar a natureza, Castro-Gómez mostra que esse projeto de mundo foi difundido e justificou a exploração dos povos colonizados. Ao inventar “o outro da razão”, o bárbaro, o selvagem, que por contraste enalteceu o europeu como civilizado, justificou dispositivos de disciplinamento (escola, hospício, prisões etc.) para induzir os povos em seguir um único caminho, “progresso”, na trilha das nações autoconsideradas desenvolvidas. As cooperações internacionais estão ainda mergulhadas no esforço civilizatório de fazer todos os povos seguir rumo ao progresso por caminho único. Os princípios que animam tal projeto civilizatório não apenas entram em conflito com valores e princípios dos povos tradicionais da América Latina e África (onde ainda perduram línguas e costumes ancestrais), como os desvalorizam e tendem a destruí-los. No processo descrito por Castro-Gómez para a colonização, leis, manuais de costumes, tratados de higiene foram construídos e aplicados. Não assistimos a uma repetição deste tipo de adestramento a padrões exógenos em muitas cooperações internacionais?

As diferenças, afirma Castro-Gómez (2005), foram durante séculos reprimidas. Assim, a Europa marcou a emergência do caminho civilizatório [...] “pois ali [na Europa] reina a civilidade, o Estado de direito, o cultivo da ciência e das artes. O homem chegou ali a um estado de ‘ilustração’ no qual, no dizer de Kant, pode autolegislar-se e fazer uso autônomo de sua razão” (p. 154). Immanuel Wallerstein (2006) considera que as Ciências Sociais desempenharam um papel fundamental para que esse projeto de organização e controle da vida humana, para fins de governabilidade, pudesse ser implementado.

Os dois autores consideram que a globalização começou 500 anos atrás, com o marco da colonização. E o silenciamento desse fato, como qual as Ciências Sociais compactuaram, faz com que elas não tenham conseguido jamais efetuar “uma ruptura epistemológica – no sentido althusseriano – frente a ideologia” (Castro-Gómez, p. 153), tendo o imaginário colonial impregnado todo o seu sistema conceitual, que se mantém confinado à perspectiva eurocêntrica. “A persistente negação deste vínculo entre modernidade e colonialismo por parte das Ciências Sociais, foi, na realidade, um dos sinais mais claros de sua limitação conceitual”, afirma (p. 154).

Estas considerações ajudam a entender as cooperações em análise, pois elas se sustentam na Ciência como valor inquestionável, um novo deus em nome do qual os povos cooperados devem deixar de lado suas convicções para aprender a forma de conhecimento dominante.

Castro-Gomez refere-se ao “fim da modernidade” como acrise de *uma configuração histórica do poder* no contexto do sistema-mundo capitalista⁴, que assumiu novas formas na globalização, sem que isso implique no desaparecimento do sistema. O argumento é que, após ter precisado suprimir as diferenças, a atual reorganização global da economia capitalista se sustenta

⁴ Expressão e conceito cunhado por Immanuel Wallerstein (2006).

sobre a produção das diferenças. Nesse interim, Castro-Gomez (2005) mostra que a filosofia pós-moderna e os estudos culturais vêm esta crise da modernidade como “a grande oportunidade histórica para a emergência dessas diferenças longamente reprimidas”(p. 145). Refere-se aos movimentos que defendem a diversidade que ganham terreno em meio aos avanços das democracias no planeta. Porém, ele afirma que longe de subverter o sistema, essa celebração contribuiu para consolidá-lo.

Estes autores consideram que há necessidade de des-colonizaras ciências sociais e a filosofia, e um esforço teórico já foi iniciado por autores que se inscrevem na perspectiva pós-colonial (Boaventura de Souza Santos, por exemplo), que encaram a tarefa de tornar visíveis os novos mecanismos de produção das diferenças em tempos de globalização.

Castro-Gomez (2005)mostra finalmente que...

[...] as ciências sociais projetaram a idéia de uma Europa ascética e autogerada, formada historicamente sem contato algum com outras culturas, para a qual a experiência do colonialismo seria irrelevante para entender o fenômeno da modernidade e o surgimento das ciências sociais “o que significaria que para os africanos, asiáticos e latino-americanos o colonialismo não significou primariamente destruição e expolição senão, antes de mais nada, o começo do tortuoso mas inevitável caminho rumo ao desenvolvimento e a modernização. Este é o imaginário colonial que foi reproduzido tradicionalmente pelas ciências sociais e a filosofia em ambos lados do Atlântico(p. 152).

Diante deste quadro fica explicitado o compromisso de muitas teorias um projeto político-econômico fortemente marcado pela colonização, diga-se pelo capitalismo que já nessa etapa era internacional.

As teorias pós-coloniais mostraram, no entanto, que qualquer reencontro da modernidade que não tenha em conta o impacto da experiência colonial na formação das relações propriamente *modernas* de poder resulta não apenas incompleto mas também ideológico. Pois foi precisamente a partir do colonialismo que se gerou esse tipo de poder disciplinário que, segundo Foucault, caracteriza as sociedades e as instituições modernas. Se, o Estado-nação opera como um maquinária geradora de outredades que devem ser disciplinadas, isto se deve a que o surgimento dos estados modernos se dá no contexto do que Walter Mignolo chamou de “sistema-mundo moderno/colonial”. De acordo com teóricos como Mignolo, Dussel e Wallerstein, o Estado moderno não deve ser olhado como uma unidade abstrata, separada do sistema de relações mundiais que se configuram a partir de 1492, mas, como uma função no interior desse sistema internacional de poder (Castro-Gómez, p. 157).

Contraopondo-se ao *cogito* cartesiano “penso, logo existo”, o pensador argentino Walter Mignolo(2008)formula seu: “penso onde sou”, na obra *Desobediência Epistêmica....* As teorias de Mignolo apontam os limites do eurocentrismo para compreender os problemas que historicamente se construíram nas Américas e África, já que as narrativas da história elaboradas desde países colonizadores não explicam nem sustentam as experiências dos colonizados. Com este tipo de reflexão autores como Mignolo analisam a geopolítica, mostrando forças em conflito e lutas pelo

poder de uns sobre outros povos. Ao afirmar “penso onde sou”, Mignolo indica um caminho para fortalecermos um movimento de independência subjetiva e epistêmica. Os povos da América do Sul e África se independizaram relativamente política e economicamente, constituíram nações com leis próprias, mas nem sempre percebem a colonialidade do saber. Estudar o pensamento desses autores, conectando suas discussões com a expansão da educação superior, a ciência, os territórios e a defesa dos direitos dos povos parece fundamental para a cooperação. É nesse sentido que constituir comunidades científicas locais pode permitir trabalhar coerentemente na perspectiva da autonomização e do empoderamento: assim a ciência contribuirá de fato para o bem comum.

Proposições para avançar

Apesar das diferenças profundas entre Estados membros da CPLP, prestar a atenção à enorme diversidade existente no Brasil pode ajudar a repensar as cooperações: dos mais de 5 mil municípios brasileiros, muitos têm baixos índices de desenvolvimento humano compatíveis com situações de países africanos, por exemplo. Intercâmbios, cooperações entre realidades semelhantes podem favorecer o empoderamento para ambos. São alternativas com possibilidades de promover o bem comum em ambos sentidos, empregando um princípio distinto daquele que foi praticado ao longo dos séculos.

REFERÊNCIAS

- Braudel, F. (2011). *Escritos sobre a História*. Tradução de Guinsburg e Teresa Cristina da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.
- Castro-Gómez, S. (2005). Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la " invención del otro". In: LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, Buenos Aires, CLACSO.
- Cervo, A. L. (2002). Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45(1), 5-35.
- Da Silva, D. H. (2007). Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 50(1), 5-28.
- Milani, C. R. (2012). Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*, 25(65), 211-231.
- Miyamoto, S. (2009). O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 52(2), 22-42.
- Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial eo significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade*, (34), 287-324.
- Taimo, J. U. (2013). Compartilhando o Conhecimento Científico através da Pesquisas e Pós-

Graduação no espaço da CPLP: Que modelo? Anais AULP.

Wallerstein, I. (2006). *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XXI*. São Paulo: Ideias & Letras.